

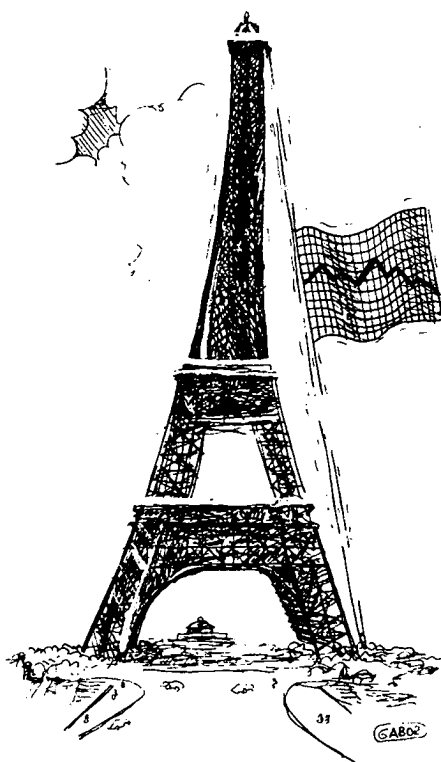
O Brasil já foi duas vezes ao Clube de Paris: em 1961 e 1964

ANY BOURRIER
Correspondente

14 AGO 1983

PARIS — O Brasil já recorreu ao Clube de Paris duas vezes: a primeira em 1961, e a reunião realizou-se em Haia; a segunda vez foi em Paris mesmo, no ano de 1964. Em ambos os casos, a razão do apelo ao Clube era o reescalonamento da dívida pública.

O Clube de Paris funciona com tão pouca rigidez que poderia ter sido inventado pelos britânicos, ironizou certa vez um Diretor do FMI encarregado de contatos com o Clube.



O Clube de Paris é uma instituição *sui generis*, que se caracteriza pelo informalismo de seu regulamento e de suas reuniões. Mesmo assim, o Clube obedece a certas regras básicas. A primeira diz respeito aos participantes: só se reúnem no Clube de Paris o país devedor e seus credores. E, entre os credores, só têm direito a negociar os que emprestaram mais de um milhão de DES (Direito Especial de Saque). Representantes do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial também têm acesso à mesa de negociações.

Outro princípio básico de funcionamento do Clube de Paris é o fato de que só podem apelar para sua intervenção países membros do FMI. Quando foi preciso reescalonar a dívida da Polônia, por exemplo, formaram-se grupos de discussão *ad hoc*, paralelos, embora vinculados ao Clube.

Presididas sempre pelo representante do Tesouro francês, as reuniões do Clube de Paris tratam única e exclusivamente do reescalonamento da dívida pública do país devedor. Pode acontecer que entre em pauta a dívida privada, mas neste caso ela tem que ter garantias do poder público (bancos estatais, por exemplo). Não é regra mas acontece cada vez com mais frequência que o Clube exija, como condição prévia de qualquer negociação, a assinatura de um acordo entre o país devedor e o Fundo Monetário Internacional. Esta exigência surgiu quando os membros do Clube, da mesma forma que o FMI, decidiram subordinar a ajuda ao devedor à aplicação

de política econômica coerente com o saneamento que sua condição de falido impõe. Além disto, os prazos do Clube de Paris são freqüentemente alinhados com os dos acordos *stand by* do FMI.

'PERÍODO DE GRAÇA'

Quando este prazo se esgotar, o pagamento tem que ser feito segundo uma agenda específica que pode durar seis anos.

A aplicação das decisões do Clube de Paris assumem formas diferentes, conforme a vontade dos países membros. O adiamento da dívida tanto pode ser um reescalonamento quanto uma consolidação. E o cálculo das taxas de juros cabe e cada credor, em particular. A França, por exemplo, oferecia a taxa de três a quatro por cento para os créditos feitos a governos e entre oito e nove por cento para os créditos comerciais garantidos pelos poderes públicos.

A atividade do Clube de Paris aumentou significativamente nos últimos anos e suas reuniões, que não passaram de quatro em 1979, chegaram a 16 em 1981. Nos primeiros anos — o Clube foi fundado em maio de 1956 — tratou-se essencialmente do reescalonamento da dívida de países latinoamericanos. Nos últimos quatro anos, os países africanos entraram na dança e Togo, Senegal e República Centro-africana tornaram-se fregueses do Clube de Paris. Em 1982, pela primeira vez em sua história, o Clube se reuniu para examinar a dívida de um país comunista, a Romênia.